

A CULTURA SOLIDÁRIA¹ NA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA

Luci Tiho Ikari²

Resumo: Trata-se de um pequeno estudo sobre Cultura Solidária na Comunidade Nipo-Brasileira, originada no seio da imigração japonesa no Brasil, tendo como exemplo o “mutirão”. Em seguida, mostra a multiplicação de associações solidárias. Finaliza, identificando fato semelhante com migrante³ brasileiro, no Japão.

Palavras-chave: Comunidade Nipo-Brasileira, imigração japonesa, cultura solidária, migração brasileira, Brasil/Japão.

Abstract: This is a short study about Solidarity Culture in the Japanese-Brazilian Community originated within the Japanese immigration in Brazil, taking as an example “mutirão”. It shows the multiplications of the solidarity associations. Finally, identifies the similar facts with Brazilian migrants, in Japan.

Keywords: Japanese-Brazilian Community, Japanese immigrants, solidarity culture, Brazilian migration, Brazil/Japan.

1 Baseado no capítulo 5 do Doutorado da autora *Lazer, educação informal e traços culturais do migrante brasileiro que permanece temporariamente no Japão*. São Paulo: ECA/USP. 2007.

2 Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, linha de pesquisa: Lazer e Turismo; bacharel e licenciatura em Geografia e Letras Orientais: Japonês, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: luciho@usp.br; lucitih@hotmail.com.

3 Foi utilizado o termo “migrante”, pois no período estudado da década de 1980 a 90, entre Brasil o Japão, muitos brasileiros migraram-se, várias vezes, não se fixando no país de destino, em constante movimento migratório.

1. Introdução

Inicialmente, aborda a cultura solidária, com suas características étnico-culturais na comunidade nipo-brasileira, citando o “mutirão” como exemplo principal.

Em seguida, mostra o desenvolvimento e a multiplicação de associações de fundo solidário, nos primórdios da imigração japonesa no Brasil, assunto já tratado na dissertação de mestrado. Com o passar do tempo, algumas delas foram se transformando em clubes e associações de lazer.

Exemplifica também, ações e projetos voltados para o atendimento do público brasileiro, no Japão (a partir da década de 1990), para a resolução dos problemas advindos dos movimentos migratórios populacionais, entre o Brasil e o Japão, com a criação de associações nipo-brasileiras. E, finaliza o tema, elaborando algumas reflexões.

2. Cultura solidária

Depreende-se, do texto de Oliveira (2001), que cultura solidária provém das interações solidárias entre pessoas que se influenciam reciprocamente, em clima de fraternidade e de amizade, num ambiente de não exploração econômica, social e cultural do outro.

A prática dessas interações faz coexistirem a competição e a cooperação, sempre presentes nas sociedades, mas num “singelo jogo entre amigos”, aproximando-os pela camaradagem, participação e solidariedade, em prol de um trabalho coletivo, compartilhado mutuamente, em bases igualitárias. As responsabilidades e os direitos “são construídos, acertados e cultivados” e auto-regulados no seu cotidiano, para que “todos possam crescer na solidariedade”, e *não* “à custa da servidão, ainda que voluntária, nem do abafamento ou da exclusão do outro” (OLIVEIRA, 2001: 16).

Oliveira (2001: 19 e 20) lembra, ainda, que a cultura solidária estava presente no movimento cooperativista da Grã-Bretanha, no século XVIII, quando os operários se reuniam para elaborar suas reivindicações profissionais, assim como para cuidar de enfermos e enterros, reuniões essas que terminavam sempre em alegres tardes regadas a cerveja. Portanto, terminavam em clima de festividades. Essa cultura solidária entre os indivíduos levou a almejar a construção de um projeto comum de transformação do grupo social, pois, nesse meio, eles aprendiam a trabalhar suas diferenças individuais, as divergências conflituosas, o respeito mútuo, por meio da ação coletiva do fazer fazendo, educando e reeducando a si próprios e a outros, democraticamente.

Nesse sentido, o “mutirão” representa um exemplo de trabalho coletivo solidário, que se desenvolve com a atividade lúdica.

2.1 Mutirão: um exemplo de cultura solidária

Conforme Cascudo (2002: 408-409), o mutirão é encontrado em várias partes do mundo. No Brasil é tido como “trabalho coletivo entre populações rurais”, desenvolvendo, entre outras atividades: capinação de plantações, reparos em paredões de açudes e cobertura de casas de palha.

Cândido (2001: 209-227) destaca-o nas áreas rurais no final do ciclo bandeirista, no século XVIII, com a fixação do homem na terra, que deu origem ao caipira brasileiro. Observam-se, nessa gente, como características culturais, as “formas de sociabilidade e de subsistência” apoiadas em soluções de vida suficientes para mantê-las coesas em seus bairros. Eram sitiantes, posseiros e agregados, que efetuavam suas tarefas em ajuda mútua, conjugando trabalho, alimento e festa.

Como afirma Cascudo (2002: 409), o mutirão “é uma instituição social espontânea que atenua os efeitos individualistas que a economia latifundiária imprimiu à vida rural brasileira, corrigindo-os”. Os vizinhos são convidados por um beneficiário, cada um levando seus utensílios de trabalho, como “foices, enxadas, machados, cordas”, para a feitura do trabalho em conjunto. Findo o trabalho, comemoram, à noite, com uma festa, música, aguardente, e no terreiro da casa acontecem danças regionais. As atividades dessa gente giram em torno de lavoura e de indústrias domésticas, concretizadas, sempre que possível, com a ajuda de seus pares, em épocas de maior produção. É “a unificação de esforços no sentido econômico”.

Portanto, o beneficiário que tem melhores condições econômicas oferece alimento e festa. Muitas vezes, o beneficiário não convoca, porque não tem nada para oferecer, mas pode contar com a cooperação dos membros de seu grupo. Geralmente, esse trabalho em conjunto é rápido, conduzido de forma espontânea e coletiva, e ocupa um dia para cada grupo de vizinhos de um bairro, uma vez que não se pode tomar e prender por muito tempo as pessoas, que têm seus afazeres cotidianos. Pois, há a urgência do término do trabalho, para que não sejam pegos de surpresa por repentinas mudanças climáticas. Assim, eventualmente as mesmas tarefas são repetidas em dias seguidos para completar o trabalho de toda a vizinhança, muitas vezes de forma encadeada (CÂNDIDO, 2001: 209-227).

Essa atividade social vicinal se torna sincrética quando o lúdico recreativo se mistura à atividade religiosa. Em algumas ocasiões, as liturgias movimentam todas

as pessoas do bairro. Algumas pessoas vão de casa em casa para obter espécies como galinhas, leitoas, farinha, ovos, como ajudatórios para leiloar, e também para pedir contribuições para gastos do festeiro. Quando algo sobra, o patrimônio fica para o santo, a cargo do zelador da igreja, conforme Cândido (2001: 212-214). Até hoje, algumas igrejas fazem seus bazares, quermesses e festas aos santos padroeiros, arrecadando fundos para várias finalidades necessárias para a sua entidade e a comunidade.

Para Freire (2006: 75), é a participação ou colaboração por meio dos ‘*mutirões*’ em que se reparam “escolas, creches, ou se limpam ruas ou praças”.

A cultura solidária leva, portanto, à cooperação recíproca de seus membros, com ajuda mútua e divisão de tarefas, ficando os interesses grupais acima dos individuais. Além disso, conforme Cascudo (2002: 409), como cada grupo social se organiza “segundo seus hábitos ou tendências peculiares, em consonância com o ambiente”, constitui uma “instituição universal”, respeitando, portanto, as características culturais peculiares de cada grupo étnico.

Semelhante fato é descrito na história da imigração japonesa⁴ no Brasil. Uma história regional contada, por volta de 1916 e 1917, na atual cidade de Miguelópolis, que foi necessário um mutirão para a construção de “uma enorme canoa batizada de Hayabusa-Marú⁵, cujo lançamento foi condignamente comemorado com *mochi*⁶ e seis litros de pinga” (HANDA, 1987: 380-381). Essa canoa permitiria vencer os 220 metros que separavam o núcleo japonês da Ilha Grande, atravessando o Rio Grande. Como naquela época não havia meio de transporte regular, os japoneses tiveram que fazer sua própria canoa, do tipo piroga, segundo Handa (1987: 380-381). Era um costume muito comum a celebração festiva, após a concretização do trabalho coletivo, entre os japoneses. Para melhor explicitação do funcionamento do mutirão entre imigrantes foram tomadas as principais informações contidas no texto de Handa (1987: 559 a 562).

Na fase pioneira da imigração japonesa essa ajuda mútua era chamada de *kassei* (auxílio), que consistia em trabalho coletivo para “a construção de uma casa, a queimada ou o roçado, a colheita ou a ajuda para recuperar um atraso causado, por exemplo, por uma doença” (HANDA, 1987: 560). Esse autor (1987: 559-560) coloca que:

4 Lembrando que a primeira leva de imigrantes japoneses chega ao porto de Santos (SP) a 18 de junho de 1908, portanto, antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que ocasiona mudanças estruturais em todos os sentidos, na vida das pessoas.

5 *Hayabusa*: falcão; *Maru*: código utilizado para identificar embarcação.

6 *Mochi*: bolinho de arroz consumido nas ocasiões festivas, que na época era difícil a obtenção do arroz específico para a sua confecção.

no Japão, parece que era denominado Yui⁷. Dizem que no Brasil o mutirão não visava unicamente ao auxílio mútuo, acumulando também funções sociais. No entanto, parece-me que hoje em dia este tipo de iniciativa está começando a desaparecer, com o advento do capitalismo.

Havia, portanto, nas fazendas pioneiras de núcleos de colonização japonesa, o correspondente ao mutirão brasileiro. “O mutirão era o auxílio recíproco que prestavam os lavradores, finalizando a noite num animado baile”. Esse procedimento de ajuda era “comum em todos os núcleos de colonização nos seus primeiros quatro ou cinco anos”, quando chefes de famílias ou jovens conduziam o trabalho, enquanto as mulheres se encarregavam da cozinha, com o mesmo espírito de trabalho coletivo do mutirão, preparando o banquete em festas de casamento, segundo Handa (1987: 560). Posteriormente, observou-se esse trabalho nos bazares beneficentes e festas de confraternização nas associações e clubes contemporâneos da comunidade nipo-brasileira, nos estudos efetuados no mestrado da autora.

Havia também outros tipos de contribuições, de acordo com as circunstâncias dos acontecimentos. Por ocasião de casamentos, contribuía-se:

com uma galinha, nos enterros com dois quilos de arroz, nos aniversários com tantos quilos de *mochigome*⁸ e, se fosse em dinheiro, dois ou cinco mil-réis, e assim por diante. Ainda, mesmo na questão da comida, havia os cardápios-padrões preestabelecidos pelas mulheres, conforme a ocasião (HANDA, 1987: 560).

Até hoje, no Japão, é costume dar contribuições em forma de dinheiro por ocasião da morte de entes queridos ou parentes. Esse costume continua existindo no Brasil, entre as pessoas de formação educacional formal japonesa, à moda antiga.

Os imigrantes japoneses, independentemente da posição social no Japão, eram considerados no Brasil em pé de igualdade. Sendo assim, sentiam responsabilidade em não prejudicar seus conterrâneos, por isso “consultavam-se mutuamente para chegar a um consenso”, conforme Handa (1987: 560). Dessa maneira funcionava o sentido de solidariedade.

Se alguém ficasse em apuros, em consequência de alguma situação incontrolável, os demais membros tentariam socorrê-lo, como se o problema fosse da responsabilidade de todo o grupo. Em compensação, neste tipo de sociedade, não se podia(sic)

7 Yui: “costume popular observado entre famílias agrícolas de certas regiões, muito semelhante ao mutirão brasileiro no ponto principal, que é auxílio gratuito que prestam os lavradores da vizinhança em proveito de um só. Esse auxílio se presta ordinariamente para se fazer o plantio, colheita ou algumas obras que requerem ajuda. O beneficiado agasalha os assistentes com comida e bebida e não paga com dinheiro, mas retribui com trabalho” (Noda, 1966: 1157, Dicionário Japonês-português).

8 *Mochigome*: tipo específico de arroz para fazer bolinho de arroz.

admitir discordâncias. A linha de conduta seria determinada pela maioria (HANDA: 1987: 560).

Então, se a maioria das pessoas fosse oriunda de *Kiushu*, região ao sul do Japão, sua conduta seria à moda *Kiushu*. Da mesma forma, se houvesse predominância de imigrantes provindos da região de *Tohoku* (nordeste do Japão), o clima reinante teria características e condutas dessa região. E, se alguém precisasse pedir dinheiro emprestado, não se exigiriam promissórias, por ser uma ofensa, pois se acreditava na devolução dele, ainda que fossem precisos muitos anos para fazê-lo (HANDA: 1987: 560).

Ocorriam também muitas permutas entre os pares, desde as de objetos, verduras, até de carnes, quando se abatiam porcos. E, quando a pescaria era farta, havia distribuição de peixes, acompanhada de histórias das façanhas do pescador, muitas vezes com o convite aos mais íntimos para beber. Tal circunstância levava, às vezes, a situações constrangedoras para aqueles que tinham intenção de adquirir algum produto pagando, pois não se podia ir até o vizinho para ‘comprar’, o que não acontecia com relação aos que não faziam parte do mesmo grupo social, pois podiam levar espécimes desejados, pagando por eles. A atitude era de ‘negócio é negócio’. Se transferirmos a premissa de ‘Nós’ e ‘Eles’ de Hoggart (1973: 87-122), teremos, ‘Nós’ (os imigrantes), e ‘Eles’ (outros, que não os imigrantes), com clara distinção social. Observa-se idêntica situação em relação ao estudo sobre interações sociais, em Magnani (1998: 138), ao analisar a formação da rede de capital social de bairros em grupos urbanos familiares, vizinhos e de amigos, que se iam constituindo, e estabelecendo passagens para o círculo mais próximo, até chegar a uma sociedade mais ampla, em complexo sistema de mediações entre “as instituições e valores sociais dominantes e o plano do concreto vivido”, fazendo-os sentir-se ou não como parte integrante do ‘pedaço’ social, onde ocorriam e se concretizavam suas interações.

3. Cultura solidária no início da formação da comunidade nipo-brasileira⁹

Os primeiros imigrantes japoneses que aqui chegaram, tiveram “que morar numa casa sem *tatami* (estrado de junco com que se forra o chão), tirar o quimono, jogar fora a tigela e *ohashi* (pauzinhos para comer), beber café ao invés de chá.” Ainda, foram tachados de povo inassimilável, e obrigados a se desfazer de quase tudo do “*modus vivendi* japonês”, como colocado por Handa (1973: 400). Em vista desse *gap* cultural e do seu isolamento em relação ao restante da sociedade

9 Baseado no item 3.1.2.1, em Ikari, Luci Tiho. *Lazer e Tempo livre da Comunidade Nikkei na Região Metropolitana de São Paulo*, Mestrado, ECA-USP, 2002, p. 38-45.

brasileira, eles tratavam de criar suas associações nos núcleos coloniais, onde se concentrava certo número de famílias. Logo depois, fundavam nelas a escola, em torno da qual toda a vida comunitária passava a girar. Essa era a característica marcante na vida dos primeiros imigrantes.

Assim, quando esses grupos familiares se concentravam numa área em “uma estrutura intergruparal étnico-social própria, distinta da estrutura administrativa e política da sociedade global” (Saito, 1980: 88), reproduzia a organização de *buraku* ou *mura* (aldeia ou povoado), onde todos os assuntos de interesse coletivo “como festas de aniversário, casamentos ou cerimônias fúnebres seguiam o modelo adotado pelo *mura* no Japão.” E “graças a esse relacionamento (...) estabelecia-se uma ordem social entre os colonos”, de acordo com Yamashiro e Kiyotani (1992: 91-92). Esses núcleos coloniais típicos de áreas de desbravamento ocupacional dos imigrantes passaram a ser conhecidos como *shokuminchi*¹⁰.

Essas entidades japonesas “tinham o objetivo de promover a confraternização e cooperação entre os associados e enfrentar problemas comuns pela união de forças”, aspecto estudado por Hoggart (1973: 87-122), que analisa o sentido genérico de grupo partilhado pelos membros de sua classe, com o lema de que a ‘união faz a força’, pelo fato de se tornarem íntimos, considerando seus membros como semelhantes e com poucas diferenciações futuras.

Dessa forma, passaram a se preocupar em construir alicerces futuros para sua família e, como paliativo, criaram associações para solução de seus problemas e dificuldades, troca de idéias e educação não apenas formal, mas também informal como complemento da formação de cidadãos japoneses, aceitos na sociedade brasileira.

As associações dos imigrantes japoneses foram se multiplicando, dando origem às de senhoras, de moços, de moças, e assim por diante. Inicialmente, como eles não tinham a intenção de permanecer no país, sua grande preocupação era dar uma educação a seus filhos, por isso, quando possível, todo e qualquer núcleo de colonização japonesa tratava de fundar sua escola. Quando não havia uma escola brasileira, a comunidade japonesa a construía e a oferecia ao governo do Estado, para que este mandasse uma professora para a escola elementar. Desta forma, o ensino da língua japonesa funcionava junto à escola brasileira (YAMASHIRO e KIYOTANI, 1992: 97).

Praticavam-se, nessas associações, atividades coletivas lúdicas, que foram desenvolvendo atividades diversas de lazer como o *undôkai*¹¹, *engeikai*¹², *bon-*

10 *Shokuminchi*: núcleos coloniais típicos dos imigrantes japoneses, em áreas de desbravamento ocupacional inicial.

11 *Undôkai*: Gincana poliesportiva muito popular entre os japoneses, que, hoje, conta com a participação de população não nikkei.

12 *Engikai*: Festa lítero-musical com apresentação de canto, dança e teatro amador.

-*odori*¹³, introduzidos e desenvolvidos pelos isseis (NAKASUMI E YAMASHIRO, 1992: 412).

3.1. A multiplicação das associações na comunidade nipo-brasileira

Os imigrantes se destacaram como *maníacos* do associativismo. Em 1932 havia 223 associações e, em 1940, já eram 480. “Quando existiam muitas associações de japoneses numa zona, nascia naturalmente uma federação”, segundo Yamashiro, Tajiri e Uchiyama (1992: 205, 209-210). Em 1938, surgiu na cidade de São Paulo, a Associação Central de Japoneses do Brasil, que mais tarde evoluiu para Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

Essas centenas de associações japonesas dos núcleos de colonização foram se estruturando em uma rede, “tanto em termos horizontais (no espaço) como em termos verticais (hierarquizados)”, assegurando “ao grupo étnico os canais de comunicação acionáveis em casos de necessidade”, além de se filiarem ao órgão centralizador, sediado em São Paulo, e, também, serem congregadas em federações. Segundo esse autor (SAITO, 1980: 88), “as funções assumidas por essas formas associativas são mais no sentido de dar cobertura e oferecer pontos de apoio aos japoneses e descendentes em seu processo de adaptação e integração na sociedade adotiva”.

Para o supracitado autor (1977: 21), “os japoneses têm como tradição os padrões coletivistas de comportamento”, possuindo “a consciência de *we-group*”, que “constitui uma base psicossocial de coesão em diferentes níveis de unidades sociais”. E, por conseguinte a “associação japonesa representava uma viga-mestra na teia de relações sociais intragrupo”, em nível local e global (federada).

Num outro aspecto, os pais imigrantes japoneses se esforçavam em dar acesso à educação formal e informal. Essa circunstância levou a criar os *seinen-kai* ou agrupamentos de jovens, sob o patrocínio dos pais, que inicialmente, controlavam o desenvolvimento de várias atividades, seja de cunho cultural, esportivo ou artístico (CARDOSO, 1973: 329), gerando dois tipos de associação:

- clube recreativo-cultural ou esportivo, em geral conhecido na colônia, com sede central e grande número de sócios, e
- pequenos grêmios, em grande parte suburbanos, que congregavam um grupo de vizinhos, sendo, em geral, controlados pelos isseis, ou seja, de pais japoneses.

13 *Bon-odori*: Dança folclórica em homenagem aos mortos.

Esses pequenos grêmios representavam “áreas de população japonesa”, enquanto clubes maiores reuniam jovens de toda a cidade de São Paulo e recém-vindos do interior, com um quadro social bastante diversificado e não restrito a uma área geográfica delimitada, conforme Cardoso (1973: 328).

Com o tempo, o controle dessas entidades foi passando para os descendentes, que, para enfrentarem a sobrevivência econômica das mesmas, desenvolveram atividades para angariar fundos, como “bailes, concursos de beleza, jogos de futebol ou beisebol”. Até hoje, algumas atividades são praticadas com essa finalidade. Desta feita, mais tarde, alguns *seinen-kai* foram transformados em clubes recreativos (CARDOSO, 1973: 329).

Esses clubes agiam “permitindo e valorizando condutas outrora vedadas ao nissei, como: dançar, participar de festas ocidentais, concursos de beleza, etc”. Ofereciam “aos nisseis oportunidades para se adaptarem a seus papéis ocidentais”, além de ajudarem a formar opiniões e valorizar certos aspectos de conduta ligados ao abasileiramento, tais como o uso da língua portuguesa, namoro e casamento não arranjado, criando condições para que isso se realizasse de uma maneira normal. Essa nova situação permitiria também introduzir mudanças em certos costumes a fim de facilitar a ascensão social (CARDOSO, 1973: 331-334).

Portanto, através da prática de atividades lúdicas, que se ampliaram em lazeres variados, foram ocorrendo assimilações, aculturações, auxiliando na integração dos imigrantes e seus descendentes, na aquisição, entendimento e adoção de novos costumes e valores culturais. Nesse ponto, a pesquisa de Lewin (2001: 197-208) explica a aceitação de um novo sistema de valores, onde a reeducação tem a função de mudar valores culturais, pois, quando há participação ativa do envolvido, de livre e espontânea vontade, ocorre mudança de condutas de efeito duradouro, porque ele passa a fazer parte do chamado *in group* do grupo solidário, cujos membros têm consciência de a ele pertencer.

No centro de todas essas associações está uma entidade que, teoricamente, representaria a coletividade junto à sociedade nacional, assim como à sociedade japonesa, que é a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, mais conhecida como “*Bunkyō*”. Esta, como uma instituição global, teve a capacidade de acionar as outras associações japonesas, após longas e frustradas tentativas de união da coletividade nipônica, finalmente concretizada por ocasião da organização das festividades do IV Centenário da cidade de São Paulo em 1955 (HANDA, 1987: 762).

Tal entidade passou a funcionar como integradora da comunidade nikkei, “desempenhando efetivamente o papel de um centro cultural”, evoluindo como um órgão centralizador e integrador das associações de japoneses, de sociedades culturais e de outras entidades similares existentes em muitas localidades brasileiras (NAKASUMI e YAMASHIRO: 403).

Havia, também, uma infinidade de entidades ou associações beneficentes e assistenciais, que atendiam a idosos, crianças excepcionais, pessoas carentes e vítimas do mal de Hansen. Eram entidades religiosas mantidas por organizações civis ou particulares, criadas para atender aos necessitados, geralmente enfrentando sérios problemas financeiros, conforme Nakasumi e Yamashiro (1992: 412). Além do surgimento de inúmeras outras associações, com finalidades múltiplas e diversas.

Assim, chegaram a existir mais de 500 entidades de origem nipônica no Brasil, constituindo uma intrincada rede de associações, conforme Nakasumi e Yamashiro (1992: 411), desde as associações de senhoras, as *fujin-kai*, até sociedades regionais de cultura, muitas delas filiadas à Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. Essas sociedades de cultura, embora de diferentes dimensões, tinham objetivos mais ou menos padronizados: confraternização entre associados, auxílio mútuo, atividades culturais, ensino do idioma japonês, atividades esportivas, etc. Muitas delas conseguiam construir ou comprar sedes próprias “com condições de promover exposições, conferências, manifestações artísticas, festas de casamento, etc.”, com a colaboração e contribuição de seus associados e interessados da comunidade nipo-brasileira.

Até 1970 eram inúmeras as atividades de aprendizagem, aprimoramento e de entretenimento promovidas por tais entidades, como culinária oriental, go¹⁴, *shōgi*¹⁵, teatro, canções populares, declamação de poesia, danças, música, cerimonial do chá, ikebana¹⁶, haiku¹⁷, e atividades esportivas.

E, com a gradual diminuição de isseis, a direção dessas associações brasileiras foi passando aos poucos para as mãos de nisseis, e as atividades foram substituídas, centralizando-se em assuntos culturais e esportivos, conforme Nakasumi e Yamashiro (1992: 411). Mas, pela mobilidade espacial da população, agravada pelo fato de muitos de seus membros terem ido trabalhar como decaségui brasileiros no Japão, foi-se tornando de difícil sustentação, a sobrevivência de pequenas associações.

Com o desenrolar dos tempos e mudanças políticas e econômicas ocorridas nos dois países, intensificou-se o movimento migratório do Brasil para o Japão, principalmente a partir da década de 1980. Dessa forma, surgiram outros problemas, que deram origem a ações e projetos de cultura solidária na comu-

14 Go: jogo de salão de origem chinesa, utilizando pedras pretas e brancas, com o objetivo de conquistar o maior território possível, em tabuleiro estilo xadrez.

15 *Shōgi*: jogo semelhante ao xadrez, movendo peças de madeira, com o objetivo de capturar o rei do adversário.

16 Ikebana: arte no arranjo de flores.

17 Haiku ou haikai (em português): poema conciso de uma estrofe, composto de 17 sílabas, divididos em 3 versos (5-7-5), retratando um fato ou acontecimento, utilizando como temas principais, as estações do ano (*kigō*).

nidade nipo-brasileira, como tentativas paliativas de solução, no processo de continuidade da trajetória de conquistas espaciais de sobrevivência entre essas duas nações.

4. Ações e projetos de cultura solidária entre japoneses e brasileiros

Assim como os primeiros imigrantes criaram associações para solucionar seus problemas, organizar encontros, atividades culturais diversas, confraternizações, etc., no atual contexto da comunidade nipo-brasileira já existem entidades com a finalidade de dar apoio e suporte aos migrantes brasileiros que vão ao Japão para trabalhar e aos que retornam ao Brasil. Temos assim, em ordem de suas origens cronológicas: o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), Grupo Nikkei de Promoção Humana e o Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural (ISEC).

4.1 Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE)¹⁸

É uma sociedade civil sem fins lucrativos, financiada pelo governo japonês, registrada oficialmente no cartório de Títulos e Documentos, 27 de setembro de 1992, segundo Yoshioka (1995:113)¹⁹. Em 1994 “foi reconhecida pelo governo brasileiro como organização responsável pelo fornecimento de informações e apoio aos trabalhadores no Japão”²⁰. Atende qualquer pessoa e comunidade, fornecendo informações gerais e orientações específicas aos brasileiros que pretendem trabalhar no Japão.

O atendimento é personalizado para aqueles que procuram a entidade para obter informações e orientações gerais (seguro desemprego, leis trabalhistas, acidente de trabalho, aposentadoria e outros), instruções de preenchimento correto de formulários para vários fins de trabalho no Japão, e indicação de algumas ofertas de emprego.

18 Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior, localizado no prédio da Sociedade Brasileira de Cultura Brasileira, 1º andar, na cidade de São Paulo. Tel: (11) 3207-9014. Site: www.ciate.org.br e e-mail: ciate@nethall.com.br

19 Constituída por iniciativa da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo e Federação das Associações das Províncias do Japão no Brasil. Tem a finalidade de prestar informação, orientação e assistência aos trabalhadores no exterior, em busca de trabalho temporário, principalmente no Japão. Yoshioka foi colaborador junto à Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa na montagem e funcionamento do CIATE (Rossini, 1995: 13).

20 Ninomiya (coord). In: *Trajatória do empreendimento de melhoria do ambiente de trabalho para os nikkeis*. 2004. 128p.

Também oferecem aulas de japonês, capacitação e cursos para a melhor preparação (usos e costumes do Japão), organização e planejamento, principalmente antes de sua partida, sem nenhum tipo de ônus por parte dos frequentadores (em dias semana, horário e datas específicas). No retorno do trabalhador ao Brasil, presta serviços também de restituição de imposto de renda pago no Japão e esclarece demais dúvidas que tiver o ex-decasségui. Organizam também simpósios sobre temas e situações do movimento migratório e troca de informações, desde a criação da entidade, com estudiosos brasileiros e japoneses.

Os frequentadores do CIATE representam mão-de-obra potencial, com a pretensão de ir pela primeira vez ou retornar ao Japão, para trabalhar, pois assistem ao curso de japonês, e a palestras sobre aspectos gerais e informações necessárias ao bom convívio naquele país²¹.

Atualmente, a entidade está interligada a agências públicas de empregos que atendem no Japão (cerca de 600 unidades), também sem qualquer ônus, em português e espanhol, com a denominação de “HelloWork”, em Tóquio, Chiba, Utsunomiya, Ota, Nagoya, Hamamatsu e Osaka. E, conforme Yoshioka (1995: 122-123), uma das atribuições do Ciate era apresentar propostas de trabalho, sem agenciadores privados, por meio do “HelloWork”, com a inscrição das empresas japonesas interessadas em mão-de-obra temporária, em que os interessados se candidatariam com as devidas documentações e, se houvesse comum acordo, embarcariam, com contrato direto entre a empresa e o trabalhador no Brasil. Todavia, em vista de impedimentos legais e da crise econômica no Japão, desde 1992, o governo japonês não tem tido interesse em aumentar o número de trabalhadores estrangeiros no país²².

Dessa forma, há muitos anúncios de jornais recrutando mão-de-obra por agenciadores, aliciadores da mão-de-obra, que cobram “um ágio de 150 a 200% sobre o preço da passagem”, como colocado por Yoshioka (1995:124), uma comissão cobrada dos futuros candidatos a trabalhadores no Japão, com exceção daqueles que já possuem contatos diretos com a empresa, utilizando a rede de relações sociais de parentes, amigos e outros, portanto, do capital social. Semelhante situação de descontentamento ocorreu com imigrantes japoneses trazidos para o Brasil pelas companhias da época, com falsas promessas de ganhar dinheiro fácil²³.

21 Alguns poucos compareciam ao curso, para adquirir conhecimentos ou por curiosidade, e outros, para aprender ou praticar a língua japonesa.

22 Conforme dados oficiais do Ministério da Justiça do Japão houve queda no número de brasileiros no Japão, de 14% no período de janeiro a dezembro de 2009, passando de 312.582 brasileiros em 2008, para 267.456 em 2009. In: *Jornal São Paulo Shimbun*, 8/07/2010, n. 14.446, ano 64, “Balanço”, p. 1.

23 Conforme já relatado no trabalho do mestrado da autora (2002:53).

Enquanto os futuros trabalhadores utilizarem esses serviços oferecidos por esses agenciadores, que custeiam a viagem e indicam fiadores para a estada no Japão, facilidades de hospedagem e/ou outros serviços, e os empregadores de grandes empresas os utilizarem pela facilidade de contratações, os intermediários continuarão a existir, segundo Mizukami (1998:28).

4.2 Grupo Nikkei de Promoção Humana

É uma entidade constituída, em sua maioria, de nikkeis voluntários, com o intuito de dar apoio aos desempregados na cidade de São Paulo²⁴, empreendendo duas frentes de projetos: o primeiro, de ‘movimento de combate ao desemprego’, e o outro específico, voltado para o ex-decasségui brasileiro, no Japão. Portanto, é procurada tanto pelos brasileiros em geral como pelos nikkeis, em busca de uma oportunidade de trabalho. Teve início em outubro de 1999, com um grupo sensibilizado com os desempregados, que criou espaço de aproximação entre futuros empregados, cadastrando-os em ‘Banco de Candidatos’, e oferecendo uma relação de empresas à procura de empregados, em ‘Banco de Vagas’, para colocação e recolocação dos candidatos no mercado de trabalho, cada vez mais complexo e exíguo.

O Grupo trabalha sem nenhum custo ao candidato, como também a empregadores, captando e organizando as vagas e os respectivos cadastros de empregos e de candidatos em constante realimentação, com o fito de beneficiar ambas as partes, na colocação adequada do perfil apresentado pelo candidato ao pré-requisito do mercado de trabalho. Não há também nenhuma obrigatoriedade da empresa em contratá-lo por ter sido encaminhado pelo Grupo, como também do candidato em aceitar a oferta de trabalho.

A pré-inscrição é feita pelo candidato, que preenche a ficha na sede, anexando *curriculum-vitae* ou não, e participa da ‘reunião de orientação a candidatos’, que ocorre na última quinta-feira de cada mês. Nesse mesmo dia, além da palestra de orientação²⁵, os candidatos podem conversar e consultar a relação de vagas existentes, solicitando orientação dos voluntários sobre as vagas de trabalho, podendo ou não sair com a carta de indicação do Grupo para a empresa.

Para os ex-decasségui brasileiros, após a palestra há uma dinâmica de atendimento específico em uma sala à parte, em vista do perfil apresentado no projeto

24 Sede na Av. Liberdade, 365. São Paulo. Tel.33992404 e 3399-3754. site>www.gruponikkei.hpg.com.br<, email:gruponikkei@ig.com.br ou gnph@bol.com.br

25 O Grupo Nikkei de Promoção Humana editou um manual de orientação *Transição na Carreira*. São Paulo: Paulo’s Comunicação e Artes Gráficas. 2004. 44p.

intitulado “*Tadaima*”²⁶, em que voluntários procuram dar orientação de apoio e melhoria da auto-estima a esse público, para reinserção social e profissional no retorno ao Brasil. É um espaço para se conhecerem, pois muitos trabalharam em locais e empresas diferentes no Japão, e esse contato permite a formação de uma rede de relações sociais entre eles, após seu retorno e início de uma nova perspectiva no Brasil. Inicia-se, assim, com a auto-apresentação de cada um, que expõe seus anseios e objetivos de vida. É também uma oportunidade de conhecimento de suas potencialidades e das de outros, de aprendizagem e de troca de experiências.

Posteriormente, durante a semana, voluntários cadastram os dados da ficha no ‘Banco de Dados’, válida por um ano, e os candidatos podem procurar a sede, de 2^a a 6^a feira, no horário das 9:00 às 17 horas, para consulta no ‘Banco de Vagas’, até encontrar a vaga condizente com seu perfil, pois a relação é atualizada com a entrada e saída das vagas. Porém, a indicação não garante o emprego, pois o candidato deve agendar a sua própria entrevista com o empregador e ter sucesso na seleção.

Portanto, a entidade cuida de brasileiros desempregados ou que procuram um trabalho, após uma jornada de trabalho temporário no Japão.

4.3 Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural (ISEC)²⁷

A entidade foi criada com o intuito de dar melhor informação e orientação às famílias que têm filhos e vão ao Japão a trabalho, bem como oferecer suporte educacional e cultural às crianças. Também pretende atuar em parceria com as NPO (Organizações sem Fins Lucrativos) japonesas, e órgãos brasileiros, para desenvolver projetos de inserção dessa população nas escolas e na sociedade, conforme um dos fundadores, Reimei Yoshioka.

Tem o objetivo de atuar junto às crianças em situação de risco ou em condições adversas, filhos de brasileiros residentes no Japão, facilitando acesso à educação aos jovens e crianças que estão fora dos muros escolares. Alguns pais foram negligentes em relação à educação de seus filhos, supondo o seu retorno ao Brasil; assim, não se interessaram em colocá-los em escolas japonesas ou brasileiras, nem lhes deram uma ocupação. Pressupõe-se que esses jovens terão

26 “*Tadaima*” tem o significado de retorno ou volta.

27 Cf. folheto de informação do ISEC/2005. Bunkyo (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa) constituiu uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Coletivo), em dezembro de 2003 para cuidar do assunto pertinente a educação, originando o ISEC, que se situa na R. São Joaquim, 381 – Liberdade, Cep: 01508-900. São Paulo – SP. Tel: (11) 3208-1755. email:isecbr@hotmail.com

dificuldade em obter um emprego ou colocação, pois não sabem se expressar em japonês, e sentirão dificuldades na readaptação às escolas e à sociedade brasileira, no seu retorno, conforme Katsuda (2004:114-115). Se ao menos houvesse um acompanhamento contínuo dos pais em alguma atividade para o desenvolvimento de alguma habilidade ou potencialidade dos filhos, ou mesmo de inserção no mercado de trabalho, ser-lhes-iam propiciadas outras perspectivas de vida.

Dessa forma, é notório o registro do aumento do índice de criminalidade entre brasileiros na faixa etária dos 14 aos 18 anos, portanto, jovens²⁸. Em 2003, foram presos 322 brasileiros. Os delitos mais cometidos foram furtos e roubos, ficando o Brasil na 4ª posição entre os estrangeiros detidos no Japão, com 5,7%, atrás dos chineses, com 39,8%, coreanos, com 15,3% e filipinos, com 6,4%.

Conforme Mizukami, (1998: 29), foi observada a existência de jovens em ‘ócio total’, findo o correspondente ao ensino fundamental de 9ª séries do Brasil, nas escolas japonesas, em regiões com “população nipo-brasileira numerosa”, ficam “numa espécie de ‘limbo’, sem nada para fazer”. Isso coincide com aumento do índice de criminalidade nessas áreas de “estrangeiros de origem nipônica”, como em Nagoya, Hamamatsu, Ota e Oizumi.

São, em geral, jovens fora da escola japonesa ou brasileira, com tempo ocioso, portanto, em situações de risco, que se aproximam pela identidade de suas situações para praticar delitos. São jovens, que não se adaptaram ao ensino público japonês, e cujos pais, também não têm condições de arcar com o ensino em escolas brasileiras no Japão, autorizadas a funcionar pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) do Brasil, no Japão.

Como uma solução paliativa, o MEC alterou até a data de aplicação de exames supletivos para ‘feriados mais longos’, em lugar de realizá-los em fins de semana comuns²⁹. Já existem também 87 escolas reconhecidas pelo MEC do Brasil, dentre as quais, 19 de ensino médio³⁰, pelo *Diário Oficial* do Japão, como equivalentes ao ensino médio, ministrado pelas escolas estrangeiras, o que permite a continuidade de estudos em nível universitário no solo japonês.

Assim, a entidade estuda maneiras diferenciadas para tentar atender esse grupo de jovens e crianças. Outra iniciativa da entidade foi a criação e publicação de um guia sobre o sistema escolar japonês, seus trâmites e documentações necessárias para a matrícula, transferência, frequência e acompanhamento da aprendizagem pelos pais.

28 Cf. “Crimes de dekasseguis trazem japoneses a SP”. In: *O Estado de S.Paulo*, 10/01/2004. P.C3.

29 Cf. “Brasileiros participam de simpósio sobre dekasseguis no Japão”. *São Paulo Shimibun*, 10/03/2004. P.05.

30 Cf. “Japão reconhece ensino de escolas brasileiras”. *São Paulo Shimibun*. 24/01/2004. P.6. e “Educação de nikkeis é discutida no Japão”. *São Paulo Shimibun*. 08/04/2006. P.05

A entidade também intermediou uma parcela de livros do PNLD – Programa Nacional de Livros Didáticos do MEC para crianças brasileiras no Japão, a fim de dotar as escolas brasileiras com o acervo de livros didáticos e paradidáticos. O grupo está elaborando cartilha adaptada à alfabetização de crianças residentes no Japão, sem contato com a língua, vocabulário e cultura brasileira, além de organizar encontros e seminários para discutir problemas pertinentes aos migrantes brasileiros e sua educação.

Portanto, essas entidades estão tentando solucionar problemas de brasileiros migrantes, com preocupações voltadas para as responsabilidades sociais, o que leva ao aparecimento e desenvolvimento de organizações de culturas solidárias. Trata-se de uma iniciativa de grande valia, não só pelas experiências, mas pela real intenção e vontade política em ações concretas e em busca de uma sociedade que propicie melhor acesso e oportunidades a todos os migrantes retornados à sociedade brasileira, assim como para aos que partem para o Japão.

Os imigrantes japoneses no Brasil criaram suas associações para conhecer problemas e tentar soluções ou mesmo iniciativas de melhorias, para seu bem-estar entre membros do grupo com situação semelhante, não esquecendo a prática das atividades de lazer. Estes serviram para amenizar, suavizar e dar alegria, promovendo aproximação pela identidade dos aspectos culturais na integração do grupo.

Da mesma forma, que os imigrantes japoneses no Brasil encontraram soluções paliativas, constituindo, vertical e horizontalmente, sua rede organizada de associações, os brasileiros no Japão também estão tentando dar seus primeiros passos. Já existem várias cidades japonesas com aglomerações brasileiras³¹, organizando eventos como festas juninas, carnaval e algumas atividades sociais pontuadas em vários locais³², como exemplificado na sequência.

Na cidade de Hamamatsu (Shizuoka) estão sendo ministrados cursos e desenvolvidas atividades de lazer nos edifícios públicos, para criar centros de intercâmbio comunitário, citado por Inoue (1992: 75). Também nessa cidade formou-se o Grupo HOLS – *Hamamatsu Overseas Laborers Solidarity* (Grupo de Convivência com Trabalhadores Estrangeiros de Hamamatsu), composto de voluntários “adeptos da religião cristã, membros do Sindicato de Trabalhadores da Japan Railway, advogados, professores, donas de casa etc.”, iniciado com cerca de 60 membros, em maio de 1991 para atendimento de serviço social voltado para pessoas de 12 países, tendo cadastrado cerca de 500 casos de nikkeis num ano, incluindo consulta via telefone. Os casos são diversificados, contemplando desde

31 *Guia Japão, International Press Japan Co. 2003*

32 No Doutorado da autora há várias citações de eventos brasileiros, que ocorrem nas principais cidades japonesas, com maior fluxo de brasileiros.

direitos humanos, falta de pagamento de salários, vistos de permanência no país, internação e tratamento de doentes nos hospitais, hospedagens, empregos, até mortes, divórcio, casamentos etc. (OGAWA, 1992:103-114).

Outro exemplo é o do Centro Nipo-Brasileiro, que realiza o curso de português para aqueles que não querem esquecer a língua do seu país de origem, e ministra aulas de pintura e violão na cidade de Oizumi, em Gunma-ken, conforme Fukasawa (2002: 133). Também foi observado por Yanaze (2002: 137) que há grupos ‘*não oficiais*’ como “associações que congregam trabalhadores de determinada empresa, grupo de karaokê, associações de pais em escolas primárias voltadas aos ‘decaseguis’”, de esportes, de interessados em viagens, festas, bailes, etc., que se juntam informalmente.

São características típicas de japoneses, semelhantes às que os imigrantes japoneses introduziram no Brasil para constituir suas primeiras associações.

5. Considerações finais

Esse estudo fez refletir sobre a forma pela qual os imigrantes japoneses tentaram buscar soluções, entre seus pares, para vencer problemas, baseadas na cooperação mútua solidária, exemplo esse, característico do limiar do século passado entre as comunidades caipiras e imigrantes japoneses, em áreas rurais, na conquista do espaço para a sobrevivência.

Eles tinham em comum o trabalho em mutirão, que contribuiu para amenizar, ajudar e dar alegria na superação das dificuldades e dos problemas. Reforça a validade do trabalho coletivo solidário e compartilhado para o bem comum e integração, num país com grande diversidade de língua, linguagem, costumes e valores culturais em relação a seu país de origem.

As primeiras levas de imigrantes japoneses, embora passando por circunstâncias adversas em suas vidas, em vista do fosso cultural entre seu grupo social e a sociedade local, conseguiram superar obstáculos de difícil interação sociocultural e econômica, com a presença da união de forças obtida através de associações, criadas com o intuito de colaboração, contribuição e humanização mútua, que se foram multiplicando, ao longo dos cem anos de imigração japonesa no Brasil.

Esses imigrantes japoneses e seus descendentes desenvolveram o sentido da cultura solidária desde sua imigração no Brasil, em inúmeras redes sociais de suas associações, estruturadas horizontal e verticalmente. Os brasileiros no Japão passaram a migrar para lá principalmente a partir de 1980, portanto, decorrido menos de um terço do tempo da imigração japonesa no Brasil. Assim, ainda não conseguiram estruturar-se em rede de organização associativa semelhante, encontradas no Brasil. Porém, há mobilizações na sociedade nipo-brasileira, constituindo

instituições exemplificadas no presente trabalho, como o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior, Grupo Nikkei de Promoção Humana e Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural, com finalidades solidárias.

Nota-se, que há muito a fazer e concretizar para transpor dificuldades de brasileiros no Japão, que têm recebido apoios pontuados e localizados, nas cidades de maior aglomeração de brasileiros, evidenciando a importância e tendência de aperfeiçoamento dessas associações.

Observa-se, também a necessidade de refletir melhor sobre o desenvolvimento voraz da economia, baseada essencialmente no capitalismo totalitário, dominante nas diversas sociedades, que reproduzem e multiplicam o meio ambiente físico-cultural e social predatório. É preciso rever soluções simples que já deram resultados positivos para uma convivência mais adequada e equilibrada para a humanidade, para o crescimento de todos na solidariedade, promovendo o convívio entre eles, na difícil tarefa de transposição da diversidade cultural.

BIBLIOGRAFIA

- CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2002. p. 408-409.
- CANDIDO, Antonio. “As formas de solidariedade e O caipira e a sua cultura”. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec. (Paidéia; 6), 2001. p. 209-227.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. “O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1973. p. 317-345.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2006. 144p.
- FUKAZAWA, Masayuki. **Um mundo paralelo**. São Paulo: Topbooks, 2002. 214p.
- HANDA, Tomoo. “Senso estético na vida dos imigrantes japoneses”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1973. p. 386-413.
- HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês. História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A Queiroz, 1987. 828p.
- HOGGART, Richard. “Nós e Eles”. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001. (Paidéia; 6), p. 171-195.
- IKARI, Luci Tiho. **Lazer e tempo livre da comunidade nikkei na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, ECA/USP, 2002. Dissertação de Mestrado.
- IKARI, Luci Tiho. **Lazer, Educação Informal e Traços Culturais do Migrante Brasileiro Que Permanece Temporariamente no Japão**. São Paulo, ECA/USP, 2007. Tese de Doutorado.

- INOUE, Ryuzaburo. “Prestação de serviços aos *dekassegui* pela municipalidade – caso da cidade de *Hamamatsu*”. In: NINOMIYA, Masato (Org.). **Dekassegui**. São Paulo: Estação Liberdade: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. p. 67-77.
- KATSUDA, Tomoaki. “Sobre o futuro do trabalho dos nikkeis”. In: NINOMIYA, Masato (Org.). **Trajetórias do empreendimento de melhoria do ambiente de trabalho para os nikkeis**. São Paulo: Topan Press, 2004. p. 110-116.
- LEWIN, Kurt. “Conduta, conhecimento e aceitação de novos valores”. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec. (Paidéia; 6), 2001. p. 197-208.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998. 166p.
- MIZUKAMI, Mário. “*Dekassegui*: 10 anos de história e suas perspectivas futuras”. In: **Simpósio Comemorativo do 5º Aniversário do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior**. São Paulo: CIATE, 1998. p. 27-31.
- NAKASUMI, Tetsuo e YAMASHIRO, José. “Período do pós-guerra”. In: Comissão de elaboração da história dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade de Cultura Japonesa, 1992. p. 381-416.
- NINOMIYA, Masato. (Org.). **Trajetória do empreendimento de melhoria do ambiente de trabalho para os nikkeis**. São Paulo: Topan Press, 2004. 128p.
- NODA, Ryoji (org.). **Dicionário Japonês-Português**. Yuhikaku: Tokyo, Japão. 1966. Vol. I e II.
- OGAWA, Tadao. “Atividades do Grupo HOLS – Voluntários a serviço dos *Dekassegui*”. In: NINOMIYA, Masato (Org.). **Dekassegui**. São Paulo: Estação Liberdade: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. p. 103-114.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo:Hucitec. (Paidéia; 6). 2001. 239p.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. “Cultura solidária, feições lúdicas”. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec. (Paidéia; 6), 2001. p. 15-29.
- PELLEGRINI FILHO, Américo; YANAZE, Mitsuru Higuchi (Coord.). **Encontros culturais Portugal-Japão-Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2002. 215p.
- SAITO, Hiroshi. **A integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1977. Série A n. 1, 25p.
- SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo. T.A. Queiroz: USP. 1980. 236p.
- YAMASHIRO, José e KIYOTANI, Masuji. “Do kasato-maru até a década de 1920”. In: Comissão de elaboração da história dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade de Cultura Japonesa, 1992. p. 63-135.
- YAMASHIRO, José; TAJIRI, Tetsuya; UCHIYAMA, Katsuo. “Emigração como política de Estado”. In: COMISSÃO de elaboração da história dos 80 anos da imigração japonesa no

Brasil. **Uma epopéia moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade de Cultura Japonesa, 1992. p. 203-246.

YANAZE, Mitsuru Higuchi. “Mercado ‘Dekassegui’ brasileiro no Japão”. In: PELLEGRINI FILHO, Américo e YANAZE, Mitsuru Higuchi (org.). **Encontros culturais Portugal-Japão-Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2002. p. 123-142.

YOSHIOKA, Reimei. **Por que migramos do e para o Japão**. São Paulo: Massao Ohno, 1995. 180p.